

Aureliano quer nova forma de pagar a dívida

Para o presidente em exercício, o Brasil não pode gastar todas as divisas só no pagamento da dívida.

A recomposição do perfil da dívida externa brasileira, para desafogar a grave situação financeira do País, foi considerada inadiável, ontem, pelo presidente em exercício, Aureliano Chaves, em conversa com o deputado Paulo Lustosa, do PDS cearense. Segundo o parlamentar, Aureliano teria acrescentado que o País não pode comprometer as divisas que vêm ganhando com o bom desempenho da balança comercial, utilizando-as apenas para o pagamento da dívida, sendo necessário, em sua opinião, fazer uma reserva para enfrentar a flutuação das taxas de juros internacionais.

Lustosa pediu a Aureliano Chaves medidas que conduzam ao fim da recessão econômica, que aumentem austeridade do governo e das empresas estatais, bem como controlem mais a dívida interna. Sugeriu que o Brasil efetue vendas a termos para os Estados Unidos, como fez o México, e providencie o parcelamento dos juros da dívida.

O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, por sua vez, mostrou-se ontem otimista com a possibilidade de o País conseguir um desafogo na área externa. "Os banqueiros sabem que o Brasil é o mais novo parceiro econômico do mundo livre e por isso não podem falhar ao propor uma renegociação da dívida externa brasileira que não lhe permita sobreviver", disse ele.

Segundo o ministro, os credores sabem que o País dispõe de duas condições indispensáveis para obter recursos: a primeira, moral alta, porque mais de US\$ 45 bilhões do total da dívida (superior a US\$ 83 bilhões) decorrem de perda de relações de trocas provocadas pelo protecionismo no comércio internacional, as altas taxas de juros e os aumentos do preço do petróleo. E a segunda, porque possui ampla capacidade instalada que pode produzir o necessário para pagar os compromissos externos, mas que se encontra ociosa.

A renegociação, assegurou, implicará acordos de diversos níveis, firmados tanto com os credores privados como com os cre-



dores soberanos, ou seja, os governos — "e ela não poderá falar; eles, os credores, saíram disso". Resolvida a questão, disse, o País partirá para o reaquecimento da economia. Antes, porém, disse, serão necessárias amplas medidas internas para rearrumar a economia, "por que não é só viajar a Paris para renegociar que se obterá êxito no combate à inflação".

Convulsão social

Líderes empresariais do Rio Grande do Sul concordaram ontem, em Porto Alegre, plenamente com os ministros militares e o presidente da República em exercício, Aureliano Chaves, quanto ao fato de que o Brasil não pode continuar aceitando passivamente a execução de metas de política econômica interna que só aumentam a recessão e que podem levar o País a uma convulsão social.

Numa reunião-almoço com empresários da Associação dos Amigos do Bairro Anchieta, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, perguntava: "será que todo o País está enxergando fantasmas? Será que todos estão errados e apenas uma meia dúzia está certa? Toda a Nação, dos empresários aos empregados, defende uma imediata mudança na política econômica, sob pena de o País enfrentar um sério risco de convulsão social".

Ao divulgar a "Carta Econômica da Anbid", de agosto, o presidente da entidade, Ary Waddington, ressaltou que o Brasil está atravessando uma situação de "moratória de fato", desde o final do ano passado, quando o governo pediu aos bancos credores a renovação automática do principal dos empréstimos vencidos em 1983.

Para o presidente da Anbid, as autoridades monetárias já esgotaram todos os instrumentos para combater a inflação, e se encontram perdidas para enfrentar realidade de muito diferente da que existe no mundo industrializado, caracterizada por aumento das taxas de emprego, crescimento do Produto Nacional Bruto, queda de juros e redução dos preços do petróleo.